



uma abordagem sociológica de família*

Cristina Bruschini**

RESUMO – O artigo discute o alcance e as limitações de alguns marcos definidores do conceito de família, tanto no que se refere à perspectiva teórica, quanto no que diz respeito às possibilidades de apreender empiricamente esse grupo social. Mostra que nos estudos atuais de famílias, de um lado situa-se o recorte mais simbólico da Antropologia, que aprofunda a análise da dinâmica do relacionamento familiar, porém limita-se a segmentos pontuais da sociedade, enquanto de outro encontram-se as pesquisas domiciliares da Sociologia ou da Demografia, capazes de traçar retratos familiares generalizáveis, porém estáticos e limitados ao grupo coincidente com a unidade doméstica. Como exemplo de metodologia possível, descreve os procedimentos adotados e apresenta alguns resultados da pesquisa *Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo*, na qual a autora fundiu algumas das abordagens comentadas, procurando superar suas limitações.

A literatura que direta ou indiretamente trata do tema da família e que advém de correntes de pensamento bastante distintas, nos informa que definir o conceito de família é tarefa complexa, com graves conseqüências sobre a possibilidade de analisar empiricamente este fato social.

Retomando reflexões sistematizadas em trabalho anterior mais amplo (1), apresentamos algumas conceituações de família, segundo disciplinas e abordagens teóricas diversificadas. Apontando o alcance e as limitações de cada uma delas, seja no que se refere à perspectivas teóricas, seja no que diz respeito às possibilidades de captar empiricamente o fato "família"; sugerimos, com base em nossa própria experiência de pesquisa, um procedimento que tenta fundir algumas dessas abordagens e superar suas limitações.

* Versão condensada de trabalho originalmente apresentado na reunião "Família nos anos 80: dimensões sociais do novo regime demográfico", dos Grupos de Trabalho *Família e Sociedade e População e Sociedade*, da ANPOCS, realizada em agosto de 1988 em Campinas, São Paulo.

** Socióloga, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, SP e coordenadora do GT *Família e Sociedade*, da ANPOCS.

ALGUNS MARCOS TEÓRICOS SOBRE FAMÍLIA

Na literatura sociológica, a reflexão sobre família predominou na teoria funcionalista, que dominou o pensamento norte-americano a partir da década de 50, com reflexos marcantes sobre a sociologia brasileira.

Segundo essa corrente, cujo maior expoente foi Talcott Parsons, a família é sobretudo uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Tendo perdido, ao longo da História, as funções de unidade de produção econômica e de participação política, a família teria as funções básicas e irredutíveis de socialização primária das crianças e de estabilização das personalidades adultas da população. Há, no funcionalismo uma ênfase acentuada na importância de que a criança tenha, nos primeiros estágios de desenvolvimento, uma relação especial, íntima e intensa com a mãe. O isolamento da família nuclear, uma de suas características básicas, manifesta-se no fato de que seus membros, pais e filhos ainda dependentes, ocupam em geral uma habitação separada, não partilhada com membros da família de origem de nenhum dos esposos: no caso típico, essa unidade doméstica é economicamente independente, subsistindo principalmente do rendimento advindo da ocupação do pai/marido.

O isolamento da família nuclear moderna acentua o peso do papel da mãe, na medida em que esta não conta com parentes para ajudar e o marido se encontra fora trabalhando. Apesar de não ser de todo incomum encontrar um dos cônjuges sozinho ou um parente de um deles, pai ou mãe, irmão ou primo, vivendo com a família, este arranjo seria estatisticamente secundário, fugindo aos padrões familiares considerados típicos da sociedade moderna.

Parsons (Parsons & Bales, 1955) propõe o estudo da família nuclear como um pequeno grupo-tarefa, no qual os membros adultos desempenham papéis altamente diferenciados, assimétricos e complementares, o que possibilita a presença de modelos masculinos e femininos claramente definidos. Este fato seria extremamente importante no processo de formação da personalidade infantil: o adulto masculino ou marido-pai é o líder "instrumental" do grupo, enquanto o adulto feminino desempenha papéis sociais de natureza "expressiva", voltados principalmente para os assuntos internos da família. Nesse modelo cabe à mulher ser esposa, dona-de-casa e sobretudo mãe, papel esse cuja importância se acentua e especializa, na medida em que seu desempenho passa a se basear em conhecimentos científicos, como os que foram sendo acumulados pela Psicologia. Zelar pelo bem-estar físico e emocional dos dependentes e pela estabilização das personalidades dos membros adultos do grupo faz parte dos papéis expressivos atribuídos ao elemento feminino adulto da família.

Dois fenômenos são apontados pelos autores como intimamente relacionados com a moderna família americana: a profissionalização do papel de mãe, racionalizando-o com base em conhecimentos científicos, e o crescimento da psiquiatria, psicologia e outras áreas do ramo da saúde mental, que procuram lidar com as tensões das personalidades, freqüentemente relacionadas com as relações na família e no casamento. Do ponto de vista psicológico, os pontos de referência da teoria funcionalista decorrem de Freud e de sua teoria dos estágios de desenvolvimento psicosexual.



Na literatura marxista, a família não foi um tema privilegiado. Engels (1981) procurou suprir essa lacuna, tentando integrar a questão da reprodução na teoria mais geral da sociedade, na qual os seres humanos são definidos por suas relações com o sistema de produção: para ele o fator determinante da História é a produção e a reprodução da vida imediata, onde se incluem tanto a produção dos meios de existência quanto a produção dos próprios seres humanos, ou propagação da espécie.

Mais tarde, já na primeira metade da década de 70, estudos produzidos no contexto do movimento feminista europeu e norte-americano retomam o tema da família através da questão do trabalho doméstico, levantada como problema teórico no pensamento marxista. Alguns dos mais representativos trabalhos dessa corrente preocupam-se com a questão da produção doméstica ou, mais especificamente, com o papel do trabalho doméstico para a reprodução da força de trabalho, dando origem a uma rica e acirrada controvérsia sobre a produtividade ou não desse trabalho para o capital. Segundo essa vertente do marxismo, a família seria um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho, no qual os membros do sexo feminino se encarregariam da produção de valores de uso na esfera privada, cabendo aos homens a produção de valores de troca, através da venda de sua força de trabalho no mercado. Dentro da família dar-se-ia tanto a transformação das mercadorias adquiridas no mercado em produtos consumíveis individualmente pelos elementos do grupo, quanto a formação ou "produção" de novos e futuros trabalhadores (Benston, 1969; Dalla Costa, 1972; Seccombe 1973; Coulson, Magas e Wainwright, 1975; Gardiner 1975; Himmelweit e Mohum, 1977).

Outra importante vertente da Sociologia, a Escola de Frankfurt, em que representantes como Adorno e Horkheimer são figuras de destaque, também considera a família como agência socializadora e formadora da personalidade dos indivíduos, mas desenvolve uma linha de reflexão oposta à do funcionalismo. Critica o papel conservador desse grupo social e o elemento de dominação nele presente, cujo mecanismo central esmagador da liberdade é a autoridade do pai sobre o filho. Na família, lugar de adestramento para a adequação social, a criança aprende a relação burguesa com a autoridade. O filho aprende a desenvolver o respeito pela autoridade, através da idealização da figura paterna. A família é a matriz dos mecanismos da internalização da submissão, mas pode se converter também no local de oposição à tirania, pois está submetida a uma dupla dinâmica social. Por um lado o desequilíbrio entre o indivíduo e as potências totalitárias leva-o freqüentemente a buscar uma espécie de repouso, retraindo-se no seio da família. Ao mesmo tempo, a família é atingida no seu próprio interior: "... a progressiva socialização significa registro e controle cada vez mais integrais dos instintos: mas as renúncias que disso derivam não se dão sem atritos, motivo pelo qual os impulsos reprimidos podem reagir por sua vez, de modo destrutivo, contra a família" (Canevacci, 1981 p. 123).

Mais recentemente Heller (1971, 1972 e 1982) traz à tona novas questões para se pensar a família, desta vez como agência de reprodução ideológica. Segundo ela, a vida cotidiana é o ponto de partida para o estudo do âmbito ideológico. É no "fazer" de todos os dias que surgem e se modificam ou desaparecem idéias, atos e relações. A origem dos pressupostos ideológicos se encontra na casa, nos hábitos das pessoas ou de um grupo. Para reproduzir a sociedade é preciso que os homens particulares se reproduzam primeiro como tal. A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares criando, por sua vez, a possibilidade de reprodução social.

O homem já nasce inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento é o processo de aquisição das habilidades para a vida cotidiana. Amadurecer é internalizar as normas, assimilar a manipulação das coisas e, portanto, das relações sociais. O indivíduo adulto é aquele que é capaz de viver por si só sua cotidianidade. A aprendizagem da manipulação, dos objetos e das formas de comunicação social começa sempre em grupos primários – entre os quais a família ocupa papel de destaque – que fazem a mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética. A aprendizagem dos atos cotidianos, a maneira de adquiri-los ou ensiná-los é executando-os e se dá por imitação e observação.

A literatura antropológica é rica em dados que contestam a aparente “naturalidade” da família e que a apresentam como criação humana mutável. A Antropologia mostra-nos que as relações muitas vezes coincidentes que conhecemos atualmente entre grupo conjugal, rede de parentesco, unidade doméstica/residencial podem se apresentar como instituições bastante diferenciadas em outras sociedades ou em diferentes momentos históricos. Para a Antropologia a família, tal como a conhecemos atualmente em nossa sociedade, não é uma instituição natural e assume configurações diversificadas em torno de uma atividade de base biológica, a reprodução. A família tem sido conceituada por esta disciplina como grupo de indivíduos ligados por elos de sangue, adoção ou aliança socialmente reconhecidos e organizados em núcleos de reprodução social. É um grupo de procriação e de consumo, lugar privilegiado onde incide a divisão sexual do trabalho, em função da qual determina-se o grau de autonomia ou subordinação das mulheres. É essa ciência que nos fornece provas de que todas as sociedades se organizam em torno de uma divisão sexual do trabalho. A tendência de separar a vida social ou esfera pública, atribuindo-a aos elementos masculinos do grupo, de uma esfera privada ou doméstica, mundo feminino por excelência, parece ser universal (Durhan, 1983).

Nas definições de família encontradas na Antropologia observam-se alguns elementos comuns: regras proibitivas de relações sexuais entre parentes próximos, ou tabu do incesto (Lévi-Strauss, 1980), divisão do trabalho baseada no sexo e casamento como instituição socialmente reconhecida, estabelecendo as bases da paternidade social.

A Antropologia lembra-nos também que o conceito de família refere-se, de um lado a um grupo social concreto e empiricamente delimitável, de outra parte a um modelo cultural e a sua representação. A análise da família deve por isso mover-se tanto no plano das construções ideológicas quanto no de seu papel na organização da vida social.

Como grupos sociais concretos as famílias são unidades sintéticas ou resumidas, na medida em que a realidade não cabe por inteiro no modelo. Na sociedade ocidental moderna o modelo predominante de família é um grupo composto de marido, mulher e filhos. A relação conjugal é o elo mais forte, mais importante do que outros laços consangüíneos como os do lado fraterno. Predomina o parentesco bi-lateral. O papel do pai, via de regra, identifica-se com o de pai biológico. O controle da sexualidade feminina apóia-se na necessidade de determinar e garantir a paternidade biológica. Nesse sistema os indivíduos adultos pertencem a duas famílias distintas, de origem e de procriação (Durhan, 1983).

A realidade, porém, distancia-se bastante deste modelo nuclear ou conjugal predominante em nossa sociedade. O grupo tanto pode extrapolar o modelo, pela inclusão de parentes



ou agregados, quanto nem mesmo realizá-lo, como no caso de casais sem filhos, irmãos sem pais ou famílias nas quais um só dos cônjuges está presente. Exceções ao modelo, porém, não apenas reforçam sua elasticidade como também a riqueza da realidade empírica, que de longe o extrapola. Sem falar no fato de que a existência de um modelo numa sociedade ou momento histórico determinado não significa que este conjunto de regras e padrões de comportamento não seja passível de transformações. Pelo contrário, a mutabilidade é outra característica da instituição familiar.

Estudos que adotam a perspectiva histórica – como os de Young e Willmott (1973), Ariés (1977), Poster (1979), Donzelot (1980) e Badinter (1985) – mostram-nos que o modelo nuclear de família só se consolidou por volta do século XVIII.

Preocupado inicialmente com o surgimento da infância como categoria social, Ariés mostrou como a família nuclear “moderna”, composta pelo triângulo pai, mãe e filhos e por uma complexa combinação de autoridade e amor parental trouxe consigo um novo conjunto de atitudes em relação às crianças. Novas formas de intimidade entre pais e filhos, a supervalorização do amor materno, a privatização da instituição familiar e a passagem das funções socializadoras para o âmbito mais restrito do lar, constituem alguns dos mecanismos fundamentais para a constituição da família “moderna”, coincidindo com a ascensão da burguesia.

No campo da Psicologia, a família desempenha papel fundamental na teoria de Freud. O princípio básico da psicologia freudiana é o de que a estrutura da mente humana forma-se na infância. Desempenhando papel revolucionário no campo científico, Freud (s.d.) mostrou que a mente não é algo previamente dado, mas sim uma estrutura construída na infância, através de um longo processo de formação da personalidade e de estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais, que ocorre dentro da estrutura familiar.

Os princípios freudianos tiveram grande impacto sobre a ciência que o sucedeu: no que diz respeito à questão da família, Freud exerceu grande influência sobre todo o pensamento científico posterior, como o funcionalismo, que dele extraiu alguns dos fundamentos do modelo de família nuclear burguesa e das relações de dominação que ela contém. Mas a obra de Freud é muito mais ampla: nela encontramos o ponto de partida para a apreensão da família como uma complexa teia de vínculos e de emoções, que se expressa simultaneamente através do ódio e do amor. Depois de Freud, os estudos de família não podem mais analisar as relações familiares sem levar em conta o nível psicológico das relações sociais que se passam em seu interior.

Ainda na vertente da Psicologia, Reich (1974, 1976, 1977) prioriza o aspecto de viés da repressão sexual e da educação autoritária da família monogâmica. Divergindo de Freud, para o qual o recalçamento sexual é condição da evolução da cultura, Reich afirma que a repressão sexual é um fator reacionário de grande importância, que atinge todas as categorias da sociedade de classes, produzindo em todos os indivíduos o receio da autoridade. Segundo ele, é na família que se fabricam ideologias autoritárias e estruturas conservadoras: por isso, o casamento monogâmico, que se baseia em interesses econômicos, deve ser substituído por relações sexuais permanentes, fundadas no real interesse sexual, na atração e no afeto entre os parceiros. Mas esta nova forma de relação, que viria a substituir a família monogâmica, só poderia

existir numa sociedade que assegurasse independência econômica para a mulher e educação para os filhos coberta pelo Estado.

Assim, enquanto Freud preocupou-se com as estruturas psíquicas dos personagens de um cenário familiar que não chegou a contestar, Reich questionou a própria existência da família nuclear e relacionou a repressão nela presente ao autoritarismo do sistema sócio-político.

Mais recentemente o historiador Poster (1979), influenciado por Freud, mas buscando integrar as várias vertentes, lembra-nos que o estudo da família deve remeter às questões sociais mais amplas, mas também à rica dinâmica emocional que se passa dentro desse grupo. Uma adequada teoria crítica sobre a família deve portanto voltar-se para o nível psicológico e formular categorias que permitam a compreensão de estruturas familiares divergentes em termos de seu padrão emocional. Além de ser o lugar onde se forma a estrutura psíquica, a família constitui um espaço social distinto, na medida em que gera e consubstancia hierarquias de idade e de sexo. Ela é o espaço onde as gerações se defrontam mútua e diretamente e onde os sexos definem suas diferenças e relações de poder.

ALGUNS MARCOS TEÓRICOS SOBRE FAMÍLIA NO BRASIL

No Brasil, até a década de 70, a análise da instituição familiar não fazia parte das preocupações das correntes de reflexão que predominavam na Sociologia. Nos anos 50, 60 e mesmo início dos 70, o interesse pelo tema das relações familiares e da família como instituição social é encontrado apenas em trabalhos de orientação funcionalista, como os estudos de comunidade e os de mudança social, preocupados fundamentalmente em avaliar as divergências ou semelhanças entre os dados empíricos recolhidos e o modelo de família conjugal considerado característico das sociedades industriais.

Na vertente histórica do funcionalismo, os clássicos de Freyre (1963) e Candido (1951) que descrevem, respectivamente, a família patriarcal e suas transformações a partir do século XIX, forjam modelos de família que durante décadas predominaram no pensamento sociológico brasileiro sobre esse tema e que só recentemente foram relativizados (Correa, 1981 e Samara, 1983).

Na segunda metade da década de setenta, quando as correntes marxistas começam a se preocupar com a inexistência de uma teoria de população, o interesse pelo tema da família surge nos estudos sobre as estratégias de sobrevivência das camadas populares e a reprodução do trabalhador.

A partir da constatação do apego da classe operária à família, a uma tradicional divisão do trabalho e às virtudes tradicionais de respeito e obediência dos filhos para com os pais, ao contrário da postura revolucionária e contestadora que o marxismo esperava dessa classe, surge o interesse pela análise do tema da "família" que, como afirma Durban (1980), até então era visto como "política e cientificamente retrógrado". A família passa agora a ser definida como a unidade social na qual se realiza a reprodução do trabalhador. É uma unidade de consumo e de rendimento, grupo composto pela soma de salários individuais. Nesse sentido, a fa-



família não é uma instituição que está perdendo suas funções, como afirmavam os funcionalistas, mas, ao contrário, é uma unidade responsável pelo desempenho de várias funções que se articulam para alcançar o consumo desejado.

Para o trabalhador, a reprodução é a realização de um determinado “modo de vida” que se define pela condição de classe do grupo familiar. Na representação do operário, o consumo aparece como área de liberdade, em oposição à constrição do trabalho. É na família que se tomam, coletivamente, decisões sobre o consumo. A família é percebida pelos trabalhadores como um centro de vida coletivo e de liberdade, ainda que dentro de poucos recursos. No mundo privado da instituição familiar o trabalhador encontra um pequeno espaço de manobra ante às pressões do sistema econômico. As tensões e os conflitos são enormes dentro de grupo, mesmo porque as necessidades e as aspirações devem ser conciliadas com rendimentos precários. Mas a família é também o núcleo dentro do qual as pessoas obtêm seu prazer via alimentação, sexualidade e lazer.

Para apreender essa ampla perspectiva, o estudo da família deve se mover, segundo Durhan, tanto no campo das práticas sociais concretas dos agentes sociais, ou no modo como as pessoas vivem sua condição de classe, quanto no plano das representações e da formulação de valores e, portanto, da ideologia.

Focalizando estratégias e visões de mundo de operários e de funcionários públicos Rodrigues (1978, 1980) acrescenta a dimensão psicológica na abordagem do grupo familiar. Comenta que o uso do conceito de família como unidade de análise só avançou quando esta passou a ser tomada como um grupo com uma dinâmica própria. Observa que é preciso recuperar a noção de indivíduo dentro do grupo familiar: a família não pode ser vista como mera somatória dos indivíduos que a compõem, mas precisa ser analisada como um grupo composto por pessoas, cada qual com sua individualidade, interagindo com mútuo conhecimento e com uma percepção coletiva de seu destino. A dimensão política presente na interação dos indivíduos dentro da família cristaliza-se na distribuição interna de papéis, que por sua vez reflete uma intrincada distribuição de privilégios (Rodrigues, 1981).

Em pesquisas recentes sobre camadas médias urbanas no Rio de Janeiro, o tema da família emerge com todo vigor nas representações e visões de mundo dos grupos investigados. De modo geral essa produção, em virtude dos marcos teóricos selecionados, caracteriza-se pelo recorte de determinados segmentos sociais com identidade comum, cujos estilos de vida ou visões de mundo, pautados pelo individualismo, passam a ser investigados. Nesse caminho os estudos, por um lado, têm privilegiado os aspectos mais simbólicos que determinam a inclusão desses grupos nas chamadas camadas médias da sociedade, em detrimento dos traços de caráter mais estrutural. De outra parte, tem optado, com algumas exceções, sobretudo por certas frações específicas da camada média: segmentos sociais intelectualizados e psicanalisados da zona sul do Rio de Janeiro, de preferência que adotam comportamentos inovadores, como casais que assumem a gravidez como um projeto comum, casais que não coabitam, mães solteiras por opção e indivíduos que vivem sozinhos, entre outros (“A nova família”, *Jornal do Brasil*, 14/07/85).

Nos estudos demográficos, o interesse pelo tema da família concretiza-se a partir da

revisão crítica das pesquisas de fecundidade, em fins da década de 60 e início de década de 70, quando a unidade familiar passa a ser percebida como o cenário onde são tomadas as decisões sobre o comportamento reprodutivo (Oliveira, 1981). Nesse momento da reflexão científica, a reprodução da população, pensada em termos da reprodução da força de trabalho, começa a ser estudada em seus aspectos cotidianos, ao nível do grupo doméstico. Surge a demografia da família, definida como o estudo dos determinantes de tamanho e composição da unidade familiar e que abrange tanto aspectos demográficos (fecundidade, mortalidade, nupcialidade e migração) quanto os aspectos sócio-econômicos, que atuam sobre a estrutura familiar através dos primeiros (Altmann, 1984).

Outra vertente de estudos que convergiu para o tema das relações familiares e que ganhou força considerável a partir da segunda metade da década de setenta, foi aquela que reúne as pesquisas sobre a condição feminina.

Os primeiros estudos sobre a mulher, ao final da década de 60, tiveram como foco central a incorporação ou expulsão do trabalho feminino, no contexto da expansão do capitalismo brasileiro. Deixando de lado, naquele momento, obstáculos culturais decorrentes da função reprodutiva da mulher na sociedade, as pesquisas afirmavam que o trabalho feminino se dava em resposta ao movimento de atração ou rejeição do mercado (Sarti, 1985).

Esta visão passou a ser enriquecida quando os estudiosos, procurando se desvencilhar de esquemas teóricos mais fechados, perceberam que o trabalhador não é apenas uma categoria profissional ou de análise, mas um ser humano com características biológicas, individuais, familiares e sociais que orientam e definem sua forma de participação na atividade produtiva. Ao contrário do que ocorre com o homem, a participação da mulher na produção social não se define apenas pelas condições de mercado, pela estrutura de emprego ou, mais genericamente, pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas também por sua posição na família e pela classe social à qual pertence o grupo doméstico. Filha, esposa ou mãe, a cada uma dessas etapas do ciclo vital corresponderão determinadas necessidades e possibilidades de trabalho que, dadas as oportunidades oferecidas pelo mercado, definirão a situação da mulher em relação às atividades produtivas. É somente na ótica deste duplo movimento que se pode entender como se dá a participação feminina no mercado de trabalho.

As pesquisas sobre este tema tomaram então um novo rumo quando o problema central tornou-se a articulação do espaço produtivo com a família enquanto esfera de reprodução, implicando procriação e trabalho doméstico. Pois, por mais separadas que as duas esferas estejam pelas relações de trabalho capitalistas, para a mulher a vivência do trabalho implica sempre a combinação de ambas, seja pela superposição, seja pelo entrosamento. Assim, é importante considerar todo o contexto doméstico como espaço de trabalho, no qual se realiza não só o próprio trabalho doméstico, mas outras categorias de atividade, como o trabalho a domicílio, o emprego doméstico ou a indústria caseira.

Mais um passo foi dado quando o trabalho feminino, tanto na zona urbana quanto na rural, passou a ser entendido como parte integrante e indispensável das estratégias familiares. A atividade exercida pela mulher, segundo essa forma de interpretação, não é mais analisada apenas na perspectiva da mulher/indivíduo: ao contrário, esta complexa articulação entre atividades produtivas e reprodutivas começa a ser percebida como um arranjo do grupo doméstico como um todo.



ALCANCE E LIMITES NA PESQUISA SOBRE FAMÍLIA

A riqueza e a diversidade da literatura apenas esboçada, revela-nos que os contornos do conceito de família ainda estão longe de serem bem definidos. Se na Antropologia predomina a noção de família como grupo de pessoas ligadas por relações afetivas construídas sobre uma base de consangüinidade e aliança, durante muito tempo o pensamento sociológico foi dominado por uma representação de família como grupo conjugal coincidente com a unidade residencial. Esse modelo foi reforçado pelos estudos históricos, que descreviam a transformação de famílias que se supunha anteriormente mais extensas e que se nuclearizavam com a industrialização. Na Demografia, que se interessou pela família em seu papel mediador na reprodução, predominou o modelo da sociologia funcionalista, para a qual a família é definida como núcleo conjugal composto do casal e seus filhos, nos limites de um domicílio comum.

Atualmente, ao nível das formulações teóricas, parece claro que as dificuldades para se conceituar família viriam a se beneficiar de uma abordagem multidisciplinar, que integrasse aspectos apontados por cada uma das várias correntes. No plano da apreensão empírica, porém, esbarra-se em obstáculos de difícil superação, a começar pelo estabelecimento de critérios que tornem viável a operacionalização desse conceito.

A adoção do modelo de família coincidente com a unidade doméstica acaba sendo reforçada pela possibilidade de explorar as formas de organização e vivência familiar através de pesquisas domiciliares. Nôs levantamentos censitários, por exemplo, que tem se constituído fonte importante de dados tanto para a Sociologia quanto para a Demografia, o conceito definidor de família é a convivência sob o mesmo teto, que implica compartilhar despesas com o consumo de alimentos e de bens duráveis. A unidade de enumeração é o próprio domicílio e a família é entendida como uma unidade de consumo, cujos elementos partilham uma "caixa" comum, um orçamento e um sistema de compras em conjunto. Definições semelhantes são adotadas em investigações que "procuram" as famílias através de amostras representativas de domicílio, como na pesquisa de Berlinck (1969), ou naquelas que são realizadas pelo DIEESE, sobre emprego e desemprego na Grande São Paulo (Bruschini, 1986).

No Censo brasileiro, a definição de unidade familiar considera também o parentesco, desde que circunscrito ao âmbito da residência comum. Família, no Censo, é o "conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, que vivem no mesmo domicílio, ou pessoa que vive só, em domicílio particular". É também considerada "família" todo "conjunto de, no máximo, 5 pessoas vivendo em domicílio particular, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica" (Fundação IBGE, 1980, p. XXV).

Argumentos de que a estrutura domiciliar e a de parentesco significam coisas muito semelhantes, que dominam essa linha de pesquisa, são na verdade sustentados por uma definição de família que tem, como pressuposto, o modelo nuclear conjugal do funcionalismo.

Se o modelo domiciliar de família tem o mérito de viabilizar a realização de pesquisas empíricas abrangentes, como os recenseamentos, sua adoção de maneira acrítica pode resultar em lastimáveis enganos. Sabe-se, por exemplo, que a rede de parentesco é fundamental para as

estratégias familiares, tanto em termos de ajuda econômica, quanto no que diz respeito aos arranjos cotidianos. No entanto, os parentes que não moram no mesmo domicílio não aparecem como parte da família mesmo quando têm papel fundamental. Assim, o predomínio de famílias nucleares presente nesses levantamentos acaba não coincidindo com nossa experiência diária, que se depara com arranjos diversificados que extrapolam as fronteiras do domicílio – como parentes morando no mesmo prédio, nos fundos de um terreno comum ou em bairros vizinhos – que mais configuram famílias do tipo ampliado.

A coincidência teórica entre família e unidade doméstica, por outro lado, acaba por resultar também na consideração de indivíduos que residem sós e grupos de pessoas que coabitam e partilham um orçamento comum, como se constituíssem um grupo familiar, quando na verdade nada mais são do que domicílios unipessoais ou grupos domiciliares que, da perspectiva do antropólogo, estariam longe de significar “família”.

Na pesquisa antropológica, que se concentra em metodologias como a observação participante, entrevistas pouco estruturadas e o envolvimento do pesquisador junto a pequenos grupos, as possibilidades de traçar linhas demarcatórias de redes familiares são maiores, tanto a partir da perspectiva do observador, quanto através das representações dos sujeitos entrevistados, quando se trabalha sobretudo no plano simbólico.

Em pesquisas junto a sociedades primitivas ou pequenas comunidades, o envolvimento prolongado do pesquisador, a observação constante, os registros minuciosos nos diários de campo, permitem traçar os contornos dos grupos de parentesco e de família tanto no plano do observador quanto a partir da representação que o grupo social faz dessas noções. Nas sociedades complexas, todavia, como aponta Velho (1981) e relata Bott (1976), dificuldades para utilizar metodologias como a observação participante junto a famílias dos grandes centros urbanos levam o antropólogo a adotar preferencialmente a investigação que se concentra no discurso de alguns informantes, selecionados a partir de seu pertencimento a segmentos sociais previamente definidos, de acordo com os interesses teóricos da pesquisa. A adoção do recorte empírico que vai dar os limites ou “traçar as fronteiras” do segmento a ser pesquisado, é uma das dificuldades em pesquisas dessa natureza, como aquelas que se dedicam a famílias das camadas médias urbanas (Salem, 1986).

Assim, na tentativa de apreender o conceito de família, de um lado o que se tem é o recorte simbólico mais fluído dos estudos da antropologia, capazes de aprofundar na direção da dinâmica do relacionamento familiar, porém limitados a segmentos pontuais da sociedade. De outra parte, encontram-se as pesquisas domiciliares da Demografia ou da Sociologia, que por sua amplitude e abrangência podem levantar informações sobre muitas unidades domiciliares, traçando retratos familiares generalizáveis e, em alguns casos, sujeitos a comparações ao longo do tempo ou entre regiões, como nos levantamentos censitários. A natureza desses levantamentos, porém, permite que se tenha apenas uma visão estática do fenômeno observado, pois os dados são captados a partir de cortes transversais. No caso da análise da família essa limitação é mais grave, pois uma de suas características é o dinamismo que determina a história de cada grupo familiar, desde a formação até a dissolução dos núcleos conjugais. Nos recenseamentos o conceito de ciclo de vida, através do qual seria possível captar, em certa medida, a história temporal de cada grupo, só pode ser apreendido através de indicadores indiretos, como



é o caso da idade do chefe. A não apreensão da dinâmica interna do grupo, bem como, como vimos, da rede de parentesco que extrapola o domicílio, são outras de suas limitações, algumas delas mencionadas por Altmann (s.d.: 1984) e Lopes (1976).

Deficiências de ordem metodológica também são observadas tanto no momento da coleta dos dados, quanto na etapa de sua publicação: a centralização, até agora inevitável, na figura do chefe; a coleta indireta das informações, através de um só informante, que responde por todos os membros do grupo. Mas talvez a dificuldade mais séria seja o uso do indivíduo e não do grupo doméstico, como unidade de cômputo, nas tabelas publicadas, o que limita a utilização desses dados por pesquisadores interessados e torna necessária a elaboração de tabulações especiais para a análise das configurações familiares.

Apesar das limitações apontadas, no entanto, ambas as formas de investigação têm inúmeras vantagens e oferecem contribuições positivas para a apreensão de família: de um lado os levantamentos censitários ou outras pesquisas domiciliares constituem farta fonte de dados e permitem traçar perfis familiares mais abrangentes. De outra parte, a abordagem qualitativa, com número mais reduzido de casos e sem a preocupação com sua representatividade no conjunto da população, é capaz de aprofundar a análise da dimensão interativa, buscando apreender a dinâmica das relações entre os indivíduos do grupo familiar e de parentesco.

Combinar os dois procedimentos, sempre que possível, parece ser, portanto, a conduta mais enriquecedora em pesquisas sociológicas sobre a estrutura e a vida familiar.

UMA METODOLOGIA POSSÍVEL: FUNDINDO ABORDAGENS

Na confluência entre a insatisfação com os marcos teóricos disponíveis para o estudo da família e com as ferramentas empíricas existentes para sua apreensão foi produzida a pesquisa "Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo".

Do ponto de vista teórico, as limitações das vertentes disponíveis na sociologia para a análise das relações familiares impediam a adoção de uma única abordagem teórica. O modelo harmônico, equilibrado e sem conflitos da família conjugal descrita pelo funcionalismo, baseado em tendências "naturais" de homens e de mulheres para o desempenho de papéis expressivos e instrumentais, revela-se simplificador diante da realidade observada no cotidiano. Do ponto de vista da mulher, neste modelo, as possibilidades de uma vida satisfatória são limitadas e a negação da família configura-se como saída para uma situação opressiva e sufocante.

Partindo da noção positivista de sistema social integrado e harmônico, o funcionalismo desenvolveu teoricamente um conceito de família no qual não há espaço para o conflito ou para a transformação. No ambiente familiar descrito por Parsons e outros, os personagens desempenham harmoniosamente papéis complementares, previamente definidos por uma condição biológica e garantidos pela conjuntura sócio-econômica, uma vez que se pressupõe que o salário obtido pelo chefe seja suficiente para garantir a qualidade de vida do grupo familiar.

Embora tenha tido o mérito de partir da descrição de uma realidade empírica, observável em grande parte dos grupos familiares da sociedade americana naquele momento da sua história, a corrente funcionalista elaborou teoricamente um modelo familiar supondo-o eterno e universal. Esqueceu-se de que a família não é uma instituição estática mas, ao contrário, um grupo em constante transformação, tanto na vida cotidiana de cada família particular, quanto na trajetória histórica das grandes transformações sociais. Ao traçar seu modelo nuclear de família, os funcionalistas não conseguiram apreender a multiplicidade de formas que esse grupo assume na complexa e heterogênea realidade social. Se o funcionalismo teve o mérito de trazer, através da influência recebida de Freud, a dimensão psicológica para a reflexão da Sociologia sobre a família, e de desvelar a importância do vínculo afetivo entre mãe e filho, do ponto de vista das relações entre os gêneros e, sobretudo, da condição feminina, causou poucos benefícios: valorizou a distribuição desigual de papéis entre os cônjuges, legitimou a domesticação da mulher, condicionando-a ao desempenho dos papéis de dona-de-casa e mãe e, supervalorizando a maternidade e os vínculos estabelecidos pela criança com a mãe, alijou o pai da relação afetiva com os filhos.

Debruçando-se sobre temas como reprodução da força de trabalho e estratégias de sobrevivência das camadas menos favorecidas da população, as correntes marxistas também projetaram uma imagem simplificada de família, descrita como somatória de indivíduos de um e outro sexo que desempenham papéis complementares de produção de valores de uso e venda de força de trabalho, visando à sobrevivência. Voltando-se especialmente para o estudo de populações de baixa renda, reduzindo a explicação das relações a seus aspectos mais econômicos, em prejuízo do psicológico e do cultural, os estudos de estratégia de sobrevivência também não fornecem todos os elementos necessários para estudar famílias onde haja conflitos, emoções e desejos.

Lidando com processos macro-sociais, a Demografia, que chegou ao tema "família" como espaço para a tomada de decisões sobre o comportamento reprodutivo, ao estabelecer uma passagem direta entre variáveis sócio-econômicas e as resultantes desse comportamento, também não dá conta da dinâmica das relações familiares propriamente ditas, das relações afetivas e do relacionamento sexual, do qual se origina a reprodução (Bruschini, 1982).

Os estudos qualitativos da Antropologia, por outro lado, ainda que sejam capazes de aprofundar na percepção das relações familiares dentro e fora do espaço doméstico, ao lidar com recortes parciais da sociedade, não viabilizam traçar tendências generalizáveis ou que, pelo menos, possam ser estendidas para segmentos sociais mais abrangentes.

No que diz respeito aos estudos sobre mulher, estes voltaram-se para o tema da família apontando um impasse, pela aparente incompatibilidade entre a vivência familiar e a libertação pela via do trabalho remunerado. Projetando para mulheres de diferentes condições sociais um só projeto de superação da subordinação, o feminismo e as pesquisas nessa área, durante muito tempo, deixaram a família de lado, contrapondo-a à afirmação da individualidade feminina. Mais tarde, quando o espaço reprodutivo e as relações entre os gêneros converteram-se em objetos privilegiados de estudo, a conduta adotada, mais do que decretar a falência da família, foi a de reivindicar a transformação de seu modelo patriarcal e opressivo. Atualmente, correndo por vezes o risco de ainda privilegiar apenas um dos personagens da instituição fami-



liar, os estudos sobre mulher abrem-se cada vez mais para temas como as relações conjugais, a paternidade e as relações entre os grupos etários.

Não há dúvida de que o tema das relações familiares foi legitimado como objeto de preocupação acadêmica. Poucos trabalhos, contudo, avançaram no que diz respeito à análise da dinâmica interna do grupo doméstico, buscando os elementos explicativos para entender a complexa e contraditória inter-relação de interesses, necessidades e sentimentos que se passa no interior dessa unidade.

Ao avançar um passo, aquele que vai do indivíduo em direção ao grupo, alguns dos trabalhos originados das vertentes descritas acabaram por mostrar um grupo aparentemente coeso, solidário, sem conflitos, lutando junto pela própria sobrevivência.

Um olhar mais atento, voltado para o grupo enquanto organismo vivo, dinâmico, que não é formado apenas pela soma de indivíduos que o compõem, mas pelas relações que se estabelecem entre eles, poderia revelar que as coisas não se passam bem assim. A família é um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto. Não se trata de um grupo “harmônico e sereno” voltado para a satisfação de necessidades econômicas, mas sim de uma unidade composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres.

Na pesquisa “Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo”, na busca de um conceito que, transposto para a realidade empírica, pudesse captar toda a riqueza das relações sociais presente na dinâmica do cotidiano familiar, procuramos fundir alguns marcos teóricos mais significativos. As famílias foram conceituadas como unidades de reprodução social – incluindo a reprodução biológica, a produção de valores de uso e o consumo –, localizadas em determinado ponto da estrutura social, definido a partir da inserção de seus provedores na produção. Foram definidas também como unidades de relações sociais, no interior das quais hábitos, valores e padrões de comportamento são transmitidos a seus novos membros, configurando assim unidades de reprodução ideológica. São espaços de convivência, nos quais se dá a troca de informações entre os membros e onde decisões coletivas a respeito do consumo, do lazer e de outros itens são tomadas. Nesse sentido, elas são também unidades nas quais os indivíduos maduros se re-socializam a cada momento, revendo e rediscutindo seus valores e seus comportamentos na dinâmica do cotidiano, em função das necessidades do grupo, que se renovam a cada etapa da vida familiar, e também de acordo com as possibilidades oferecidas pela sociedade na qual o grupo se insere.

Mas a família é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções: ela é um conjunto heterogêneo de seres com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflitivas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo.

É também no cotidiano da vida familiar que surgem novas idéias, novos hábitos, novos elementos, através dos quais os membros do grupo questionam a ideologia dominante e criam condições para a lenta e gradativa transformação da sociedade. É, portanto, como espaço possível de mudanças que se observou a dinâmica familiar.

A opção por este múltiplo referencial, através do qual procuramos fundir o plano do econômico – via inserção das unidades familiares no espaço sócio-econômico – ao cultural – através de hábitos e valores – e ao psicológico – percebido ao nível das relações individuais entre os gêneros e as gerações – tornou possível algumas das constatações que apresentamos a seguir e que talvez tivessem permanecido ocultas fosse outra a metodologia adotada. A combinação de técnicas quantitativas e procedimentos qualitativos viabilizou, se não generalizar os resultados obtidos com as famílias entrevistadas, pelo menos conhecer com maior segurança a realidade social na qual elas estão inseridas.

A pesquisa foi realizada em duas etapas: na primeira foram analisados alguns dados sobre a composição sócio-demográfica das unidades domésticas paulistanas e sobre a participação de seus membros em atividades produtivas, contidos em questionários aplicados anteriormente pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) na pesquisa “Padrão de vida, emprego e desemprego na Grande São Paulo”, realizada em 1981. O acesso à fita contendo todos os dados registrados tanto a partir do indivíduo, quanto da perspectiva do grupo familiar em seu conjunto, permitiu-nos obter um “retrato” macrosocial da família paulistana do qual, posteriormente, apenas algumas unidades foram visitadas para uma análise em profundidade.

Na segunda etapa, através da observação e da realização de entrevistas semi-estruturadas com donas-de-casa e seus companheiros, foram pesquisadas quinze famílias da amostra inicial, cujos endereços foram fornecidos pelo próprio DIEESE. Em virtude da concentração de tais endereços em bairros da Capital de certo poder aquisitivo, a investigação acabou incidindo sobre a vida cotidiana de famílias que, em sua maioria, podem ser consideradas como pertencendo aos segmentos médios da população.

Nesta etapa as famílias foram operacionalmente definidas como grupos de indivíduos que têm em comum laços de parentesco e domicílio. Foi considerado núcleo familiar aquele composto de pai, mãe (ou apenas um deles), filhos e outros parentes habitando no mesmo domicílio, deixando-se de lado domicílios unipessoais e grupos domiciliares que não constituem “família” segundo a definição adotada.

A unidade doméstica foi entendida como o conjunto de pessoas que residem no mesmo domicílio ou que aí prestam serviços de modo sistemático ou contínuo, com ou sem laços de parentesco. Incluem-se assim: nesse grupo mais amplo, os agregados e pensionistas que não são parentes e os empregados domésticos. O domicílio não foi tomado como unidade de análise, mas foi focalizado ao longo do trabalho, na medida em que o núcleo conjugal central com ele se articula. O mesmo procedimento foi adotado em relação à rede de parentesco mais ampla, analisada em suas inter-relações com o núcleo familiar.



Procuramos, nesta segunda etapa, ir além da primeira visão, que não poderia deixar de ser estática, por sua própria metodologia. "mergulhando" em um número limitado de unidades e buscando entender as múltiplas teias de relações que caracterizam a vida cotidiana em seu interior.

O cenário, a cidade de São Paulo, que se apresentou como espaço da pesquisa em decorrência da possibilidade de acesso aos dados secundários preliminares, não poderia ser mais adequado: o impacto de processos mais amplos como a urbanização e a industrialização tem provocado alterações na estrutura ocupacional, ampliando as oportunidades para as mulheres, cuja participação no mercado de trabalho tem aumentado mais intensamente do que em qualquer outra região do país, com conseqüências ainda pouco conhecidas sobre a vida cotidiana familiar. Ao mesmo tempo, mudanças de valores em relação à sexualidade e aos costumes de modo geral, supostamente mais intensas numa grande cidade como São Paulo, poderiam também estar refletindo-se em alterações ao nível das relações familiares, seja entre os cônjuges, seja entre pais e filhos.

Ingressar no âmbito de alguns domicílios para conhecer a vida cotidiana das famílias que neles residem, avaliar como se distribuem papéis e responsabilidades entre seus membros, como organizam seu cotidiano para obter recursos que viabilizem a conquista e a manutenção do padrão de vida almejado, investigar como se dá o relacionamento entre cônjuges, pais e filhos, parentes e vizinhos, foram apenas alguns interesses que nortearam esta investigação em sua segunda etapa.

Após sucessivas visitas aos 15 domicílios e entrevistas com ambos os cônjuges, levantando dados, tanto através da observação quanto dos discursos dos entrevistados, a respeito de temas como orçamento familiar, trabalho doméstico, relacionamento conjugal, diálogo entre pais e filhos, redes de parentesco, vizinhança e amizade, lazer e projetos de vida, procurou-se avaliar como se estrutura a vida cotidiana de famílias urbanas definidas como pertencentes às camadas médias da sociedade.

Alguns dos resultados obtidos nas duas etapas são resumidamente expostos a seguir.

ESTRUTURA FAMILIAR E VIDA COTIDIANA EM SÃO PAULO

Os resultados da primeira etapa da pesquisa mostram que a família paulistana mais freqüente, como, de resto, acontece no país como um todo, é a nuclear, formada por marido e mulher e chefiada pelo cônjuge masculino. A maioria delas é jovem (filhos menores de 7 anos) e tem em média 2 filhos; a presença de outros parentes ou agregados no domicílio é pequena, o que sugere que o tamanho médio da família paulistana, que é de 4,1 elementos, representa o modelo conjugal composto pelo casal e dois filhos.

Esta constatação, que nada tem de original, não deve obscurecer o fato de que a presença de outros arranjos familiares não é desprezível. Se uma porcentagem de 14% de famílias

chefiadas por mulheres, na Grande São Paulo, à primeira vista pode parecer relativamente pequena, ela assume importância considerável quando se atenta para o fato de que este percentual representa um número absoluto de cerca de 400 mil famílias. Por outro lado, esta cifra passa a ter significado ainda mais relevante quando se constata que as famílias encabeçadas por mulheres predominam nas faixas mais baixas de rendimento e em estruturas familiares complexas, nas quais todos os membros, inclusive velhos e crianças, são forçados a se mobilizarem para o trabalho, a fim de garantir o sustento do grupo.

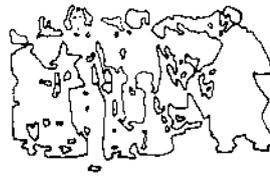
Raciocínio semelhante pode ser feito em relação à presença de 5% de “outros tipos” de unidades domésticas no Município de São Paulo, o que significa que cerca de 107 mil domicílios paulistanos são formados por indivíduos que vivem sós ou por pessoas que moram juntas sem vínculos de parentesco, configurando a presença não desprezível de arranjos cotidianos alternativos. Estes, por sua vez, são mais frequentes no município da Capital do que nos municípios periféricos da Grande São Paulo, o que sugere a existência tanto de condições econômicas mais favoráveis – como oportunidades de trabalho diversificadas – quanto estilos de vida mais “modernos” na Capital. A presença de novos padrões de comportamento, de outra parte, também é sugerida pela existência, constatada nos dados, de um razoável percentual de mulheres de renda relativamente mais elevada em domicílios unipessoais na Capital, indicando certa receptividade na cidade grande, à mulher que trabalha e vive só.

O que nos parece fundamental considerar é que, embora os grandes números indiquem o predomínio da família conjugal “típica” – casal e dois filhos – estes resultados não devem esconder o fato de que também existem inúmeras possibilidades de vivência em família e algumas podem constituir, embora não necessariamente, espaços de mudança. Estes espaços para a presença de arranjos familiares alternativos, por outro lado, parecem encontrar ambiente mais propício, seja em termos de condições sócio-econômicas, seja no que diz respeito à maior aceitação de estilos de vida inovadores, nas áreas mais centrais da Metrópole.

A segunda etapa da investigação concentrou-se na Capital e foi conduzida junto a famílias nucleares que representam famílias “comuns”, no sentido que lhe emprestou Bott (1976), tendo como pressuposto a possibilidade de apreender relações inovadoras inseridas em formas familiares aparentemente padronizadas, cuja vida cotidiana não fora até então analisada pela literatura. Em nenhum momento se optou pela seleção de famílias compostas por casais “completos” ou legalmente formados, mas estes constituíram todos os casos analisados, em virtude, certamente, do predomínio de famílias nucleares no cenário paulistano.

Recorremos a uma combinação de vários indicadores para avaliar o pertencimento das famílias entrevistadas a determinados segmentos da sociedade. Foram considerados critérios sócio-econômicos como renda, instrução e ocupação de ambos os cônjuges, e não apenas do chefe: a contribuição da esposa à posição social da família foi apreendida através de seu nível de instrução e de sua inserção ocupacional, mesmo quando esta havia sido interrompida por sua condição de dona-de-casa e mãe.

Informações sobre a família de origem de ambos os cônjuges foram úteis para o conhecimento do capital social trazido por cada um deles para o casamento: dados abrangentes



sobre a renda familiar foram levantados, visando apreender toda forma de rendimento aportado ao fundo comum familiar pelos cônjuges e, às vezes, por outros familiares.

Como indicadores do nível de consumo das famílias e de seus estilos de vida foram considerados: algumas características do bairro em que está localizado o domicílio, o tamanho e a qualidade do domicílio, as características do mobiliário, a posse de alguns bens de consumo como automóvel, telefone e eletrodomésticos, a presença de empregada doméstica diarista ou mensalista, o estilo do consumo e do lazer, que se manifesta através de práticas alimentares, desportivas, culturais etc. Essas informações foram obtidas tanto nas entrevistas com os cônjuges quanto através de observações realizadas pelas pesquisadoras ao longo das sucessivas visitas às residências (2). Contudo, nenhuma delas foi utilizada separadamente: todas se conjugaram para formar uma "impressão global" sobre o estilo de vida de cada unidade familiar (Bourdieu, 1983).

A combinação de todos esses critérios levou à inclusão de quase todas as famílias investigadas (catorze das quinze famílias) em um segmento social heterogêneo e de fronteiras relativamente flúidas, que faz parte das camadas médias da sociedade.

Através dessa segunda etapa da pesquisa foi possível constatar que, mesmo em unidades familiares modais, composta por casais e seus filhos, os arranjos cotidianos são mais complexos e diversificados do que reza o tradicional modelo conjugal com a divisão sexual de papéis, tal como o descrito por Parsons e seguidores. Nem sempre a família paulistana observada é formada pelo marido que trabalha regularmente fora de casa e pela esposa que se ocupa apenas da casa e dos filhos. Da mesma forma que Bott constatou no cenário londrino, os arranjos cotidianos observados foram muito mais heterogêneos, mesmo em famílias nucleares ou extensas como as que foram entrevistadas: marido que trabalha à noite, enquanto a esposa trabalha durante o dia; marido que trabalha parte da semana fora de São Paulo, marido e mulher trabalhando juntos como proprietários de uma escola, esposa profissional liberal trabalhando nos espaços livres deixados pelos filhos pequenos, donas-de-casa que se ocupam com trabalhos domiciliares eventuais ou com trabalho familiar não remunerado, marido trabalhando fora no período da tarde ou em jornada de horário irregular, etc...

No entanto, apesar da diversidade de arranjos verificados quando a vida cotidiana é comparada ao parâmetro estático que os dados quantitativos são capazes de oferecer, persiste a divisão assimétrica e hierárquica de papéis. As esposas são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, pela gerência da casa e socialização dos filhos. A participação do marido nos afazeres domésticos é seletiva e eventual e a dona-de-casa, quando precisa de auxílio recorre à empregada doméstica ou a outra mulher da rede de parentesco ou de vizinhança: esta ainda desempenha papel importante na vida das famílias desse segmento social e mesmo em um grande centro urbano como é o caso da cidade de São Paulo, tanto em termos afetivos quanto na constante troca de favores.

As atividades da unidade familiar cujo peso parece ser o mais significativo nas famílias da camada média, pelo menos no atual momento de seu ciclo de vida (todas as famílias entrevistadas têm filhos menores de 14 anos), prendem-se a seu papel socializador: as crianças são muito valorizadas e tempo e energia consideráveis são consumidos na sua educação e na

orientação dos deveres escolares. A família não apenas cumpre esse papel socializador, mas é também constantemente convocada pela escola para complementar e aprofundar informações que esta instituição não é capaz de transmitir sozinha. A própria escola, nesse caso, pressupõe um modelo de família conjugal e de camada média, na medida em que se apóia na disponibilidade da mãe para essa atividade, bem como em sua capacidade e competência técnica para dar conta de tal tarefa. As coisas porém nem sempre se passam assim no cotidiano familiar; se é verdade que mães e pais da camada média mobilizam-se incansavelmente para ter sucesso nesta tarefa, também é certo que pais semi-analfabetos dificilmente são capazes de preencher essa função. Da mesma forma, as mães podem estar ocupadas demais para fazê-lo, trabalhem ou não fora de casa, ou mesmo não se sentir habilitadas para um bom desempenho, percebendo conseqüentemente essa solicitação da escola como mais uma fonte de tensão.

No que diz respeito à socialização dos filhos, verificou-se que os pais se interessam e participam da educação das crianças e da orientação de seus deveres, reivindicando o direito de opinar em todas as decisões que digam respeito a seus filhos, mesmo quando as esposas se encarregam das tarefas mais imediatas. A preocupação dos pais com a educação dos filhos, porém, pode não representar, necessariamente, uma atitude mais igualitária na divisão dos papéis conjugais. Ela pode também ser fruto da importância atribuída ao projeto familiar de todos os casais entrevistados, de assegurar para os filhos de um e outro sexo escolaridade até o nível superior. Na tentativa de garantir algumas condições para concretizar este projeto, as crianças – mesmo as meninas – são poupadas de auxiliar nas tarefas domésticas, para que todo seu tempo possa ser dedicado aos estudos.

O relacionamento entre pais e filhos parece mais franco e aberto ao diálogo do que na geração passada dos entrevistados. Conversa-se de tudo abertamente com os filhos, na maior parte dos casos. Persistem, contudo, focos de autoritarismo e de repressão, sobretudo por parte da figura paterna. Quando isto acontece, a mãe alia-se antes aos filhos do que ao marido, privilegiando o diálogo com eles em detrimento da relação conjugal.

Alguns indícios sugerem que há mais resistência a mudanças no relacionamento conjugal do que no parental. A maior parte das informações obtidas com os casais através de visitas aos domicílios e de entrevistas com ambos os cônjuges revela a persistência de relações conjugais assimétricas e segregadas (Bott, 1976). A mudança, no entanto, parece ser possível e se faz presente, embora de maneira lenta e em pequenos “focos” localizados, como, por exemplo, em relação ao orçamento doméstico: embora nas famílias da camada média a administração dos gastos seja aparentemente conduzida em conjunto, na maior parte dos casos as decisões são de fato tomadas pelo marido, que é o principal provedor. Mas quando a esposa ganha mais do que ele, ou contribui para o orçamento com parcela semelhante à dele ou mesmo com um montante considerável, sua atitude em relação a esse tipo de decisão costuma se tornar mais afirmativa.

Atitudes realmente mais transformadoras em relação aos papéis conjugais foram observadas, no entanto, apenas em alguns casais do extrato mais alto da camada média, que dividem de maneira relativamente igualitária as tarefas domésticas, administram em conjunto o orçamento familiar e compartilham, sempre que possível, todas as decisões. Em todos esses casais de relacionamento conjugal conjunto, ambos os cônjuges têm nível superior de instrução e



profissões liberais. Somente uma das esposas não exerce no momento sua profissão, mas esta parece ser apenas uma situação provisória.

É possível que a passagem do marido e da mulher pela Universidade, onde supostamente prevalece ambiente mais favorável a valores "modernizantes", tenha favorecido o surgimento de atitudes inovadoras em relação aos papéis familiares, facilitando o casamento em que as decisões são tomadas em conjunto. Mas é provável também que a participação dessas esposas no trabalho profissional remunerado fora de casa, propiciando a percepção cotidiana da assimetria na distribuição dos papéis do casal, tenha criado necessidades e desejos de partilhar com o companheiro todas as atividades e decisões.

Mesmo nos setores de ponta ou mais "modernos", nos quais tentativas de mudanças foram detectadas, as práticas cotidianas observadas revelam que a família é a referência fundamental de todos os indivíduos entrevistados. É possível, desta maneira, concluir que, mesmo quando mudam as formas, a família continua firme. Transforma-se o arranjo da casa e do cotidiano, alteram-se as relações entre os sexos e as gerações, mas as pessoas continuam à procura da vida familiar, seja porque, simplesmente, é difícil libertar-se de todas as formas de vida cotidiana, sem perder a segurança (Heller, 1982), seja porque, como afirma Hartmann (1981), a força e a persistência da família encontram-se precisamente em sua natureza dual e contraditória: ao mesmo tempo em que nela existe o conflito, há também interdependência e unidade entre seus membros, que querem manter preservado este espaço de relativa autonomia e decisão.

NOTAS

1. Bruschini, Maria Cristina Aranha, "Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo", Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
2. Todas as residências foram visitadas mais de uma vez, sempre por duas pesquisadoras concomitantemente, a autora e sua assistente. Ambas fizeram relatórios pormenorizados de cada visita, tendo também tido o cuidado de trocar idéias sobre suas respectivas impressões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMANN, Ana Maria Goldani. – 1984. *A demografia "formal" da família: técnicas e dados censitários*. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais do Quarto Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, v.3, p. 1257-1296.

- – 1984. A informação de famílias no censo demográfico. In: *CENSOS consensos e contra-sensos*. São Paulo, ABEP, (Trabalho apresentado no III Seminário Metodológico sobre o censo demográfico, Ouro Preto, jun. 1984).
- ARIÉS, Philippe – 1977. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 279p.
- BADINTER, Elisabeth – 1985. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BENSTON, Margaret – 1969. The political economy of women's liberation. *Monthly Review*, 21(4) Sept.
- BERLINCK, Manoel Tosta – 1969. *The structure of the brazilian family in the city of São Paulo*. Cornell University. Thesis doctoral. (Latin American Studies Program: Dissertation Series, 12).
- BOTT, Elizabeth – 1976. *Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BOURDIEU, Pierre – 1983. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.) *Sociologia*. São Paulo, Ática.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A. – 1982. Com a palavra, as mulheres. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais do Terceiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, v.1, p.489-495.
- – 1986. *Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo*. São Paulo, FFCLH/USP, (Tese de doutoramento), 2v., 406p.
- CÂNDIDO, Antonio – 1951. The brazilian family. In: SMITH, Thomas & MARCHANT, Alexander. *Brazil: portrait of half a continent*. New York, Drydam Press, p. 291-312.
- CANEVACCI, Massimo (org.) – 1981. *Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. São Paulo, Brasiliense.
- CORRÊA, Mariza – 1981. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de Pesquisa* (37):5-16, maio.
- COULSON, Margareth et al – 1975. The housewife and her labour under capitalism: a critique. *New Left Review*, Londres (89):59-72, Jan./Feb.
- DALLA COSTA, Mariarosa – 1972. Women and the subversion of the community. In: DALLA COSTA, Mariarosa & JAMES, S. *The power of women and the subversion of the community*. Londres, Falling Wall Press.
- DONZELOT, Jacques – 1980. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Graal.



- DURHAN, Eunice R. – 1980. A família operária: consciência e ideologia. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 23(2):201-13.
- – 1983. Família e reprodução humana. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 3. Rio de Janeiro, Zahar, p. 13-44.
- ENGELS, F. – 1981. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FREUD, Sigmund. – s.d. *Obras Completas*. 3 ed, Madrid, Biblioteca Nueva.
- FREYRE, Gilberto - 1963. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, J. Olympio.
- FUNDAÇÃO IBGE – 1983. *Censo demográfico: famílias e domicílios: Brasil, 1980*. Rio de Janeiro, v.1, T.6, N.1.
- GARDINER, Jean – 1975. Women's domestic labour. *New Left Review*. Londres (89):47-58, Jan./Feb.
- HARTMANN, Heidi - 1981. The family as the locus of gender, class and political struggle: the example of housework. *SIGNS: journal of women in culture & society*, 6(31).
- HELLER, Agnes - 1971. O futuro das relações entre os sexos. In: *A crise da família e o futuro das relações entre os sexos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 211-30.
- – 1972. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- – 1982. *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia*. São Paulo, Brasiliense.
- HIMMELWEIT, Susan & MOHUM, Simon – 1977. Domestic Labour and capital. *Cambridge Journal of Economics* (1):15-31.
- LÉVI-STRAUSS, C. – 1980. A família. In: LÉVI-STRAUSS, C. et alii. *A família: origem e evolução*. Porto Alegre, Editorial Villa Martha, p. 7-28.
- LOPES, Valdecir F. – 1976. La familia como unidad de estudio demográfico. In: *La familia en el Brasil, segun el Censo de población de 1960*. Costa Rica.
- A nova família. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de jul. 1985, 6p. (Encarte especial).
- OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. – 1981. *Notas acerca da família nos estudos demográficos*. In: V Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo.

- PARSONS, T. & BAILES, R.F. – 1955. *Family, socialization and interaction process*. Glencoe, Free Press.
- POSTER, Mark – 1979. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro, Zahar.
- REICH, W. – 1974. *Psicologia de massa do fascismo*. Portugal, Publicações Escorpião.
- – 1976. *A irrupção da moral sexual repressiva*, São Paulo, Martins Fontes.
- – 1977. *A revolução sexual*. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- RODRIGUES, Arakcy M. – 1978. *Operário, operária: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo*. 2 ed. São Paulo, Símbolo.
- – 1980. Mulher e família entre operários e funcionários públicos: uma comparação. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 20(2):43-50, abr./jun.
- – 1981. Dinâmica grupal e indivíduo no sistema de distribuição de privilégios na família. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (37):52-9, maio.
- SALEM, Tania – 1986. Famílias em camadas médias: uma perspectiva antropológica. *BIB*, Rio de Janeiro (21):25-39.
- SAMARA, Eni M. – 1983. *A família brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- SARTI, Cynthia A. – 1985. Trabalho feminino: de olho na literatura. *Lit. Econ.*, 7(1):93-116.
- SECCOMBE, Wally. – 1973. The housewife and her labour under capitalism. *New Left Review* (83):3-24, Jan./Feb.
- VELHO, Gilberto – 1981. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar.
- YOUNG, Michael e WILLMOTT, Peter – 1973. *The Symmetrical family*. New York, Pantheon Books.



ABSTRACT — This paper discusses the range and limits of some concepts of the family, related to theoretical perspectives and to possibilities of an empirical approach to this social group. It argues that in recent studies of the family one can find the symbolic outlook of Anthropology on the one hand, which deepens the analysis of dynamics of family relationships, but is limited to strict segments of society. On the other hand, one can find Demography and Sociology surveys, capable of framing broad portraits which, although liable to generalization, are static and limited to family relations within the household. As an example of possible methodology, the paper describes the proceedings and results of the study Family structure and daily life in the city of São Paulo, in which the author assembles some of the commented approaches, trying to overcome their limitations.